



Brasília, domingo, 2 de novembro de 1986

EURIDES BRITO

Uma professora promete dar crédito à política

REJANE DE OLIVEIRA
Da Editoria de Política

Embora esteja se candidatando à Assembleia Nacional Constituinte, a professora Eurides Brito (PFL) não poupa críticas aos políticos profissionais, "que iludem o povo com promessas que sabem que não poderão cumprir". Didaticamente, ela analisa os antecedentes históricos que determinaram a deturpação desta atividade no Brasil e defende a restauração da credibilidade popular na classe política, através da renovação constante dos integrantes do Poder Legislativo.

Apesar da rigidez de certos conceitos, "o que não me impede de ser flexível quando é preciso conciliar", a candidata não esconde as emoções ao falar de sua história de vida. Pelo contrário, deixa as lágrimas correrem livres quando lembra a fuga dos pais da seca cearense e o sacrifício dos quatro irmãos, que não frequentaram a escola para que ela pudesse estudar. "Há pessoas por aí falando da pobreza que leram nos manuais de sociologia. Eu sei muito bem o que é isto".

Acusada pelos adversários de ter servido à ditadura militar, ela se defende afirmando que sempre exerceu cargos técnicos e não se envergonha de um só projeto de que participou, "antes, durante e após o regime de 64". E mais: garante que, se tiver oportunidade de indicar pessoas para ocupar funções no Governo, os critérios políticos valerão menos que a competência profissional.

Por que decidiu ingressar na política?

— As vezes, eu mesma me pergunto. Tudo começou com um convite: no primeiro domingo de maio, um grupo de professores foi à minha casa e me pediu para me candidatar. Surpresa, eu respondi que não tinha jeito para política porque, por formação e por natureza, sou muito sincera em minhas opiniões. Enfim, não faço aquele gênero tão festejado no Brasil, o do chamado jogo de cintura, tido como a principal virtude do político.

Este tipo de político está fora da moda?

— Pelo contrário: acho que ele está muito na moda. Neste caso, eu é que faço questão de não estar. Talvez seja este chamado jogo de cintura que leva o povo, muitas vezes, a não dar credibilidade ao político. Hoje o discurso dele é um, amanhã a posição é outra, de acordo com a conveniência: é isto que caracteriza o político brasileiro.

Sua postura política não é excessivamente rigorosa?

— Quando eu digo que não tenho jogo de cintura, não significa que não aceito soluções conciliatórias. Isto é outra coisa. As vezes, você não pode chegar até onde gostaria, mas se conseguiu avançar um pouco então você pode ceder. Agora, dizer

que vai resolver um problema que sabe, de antemão, ser insolúvel, é iludir o eleitor e eu não tenho vocação para isso.

A que você atribui essa deturpação da política profissional?

— Isso é histórico no Brasil. A nossa tendência, desde quando deixamos de ser colônia e entramos no Império, é termos donos de redutos eleitorais: os chamados currais eleitorais. É isso que precisa acabar no Brasil: a existência de donos de votos.

Como concretizar essa mudança?

— Nós temos que fazer o povo ter credibilidade no político. Nesta fase de noviciado político, tenho chegado à conclusão que a maior parte deles não lê os programas de seus partidos. Se lesse, não haveria esta mudança tão freqüente de sigla partidária, de acordo com as conveniências do momento.

O que me surpreende é a sua decisão de ingressar numa atividade que critica tanto.

— Quando você tem uma oportunidade de participar e se recusa a fazê-lo, amanhã não pode criticar nada. E como esse movimento que estão fazendo na cidade a favor do voto nulo: isto é a própria campanha do anticativismo. Como levar depois essa população a reclamar e reivindicar se, na hora de escolher, ela se omitiu. A hora não é de omissão, é de participação.

O que mudou em sua vida particular com a candidatura?

— Em primeiro lugar, eu entrei num esquema boêmio em matéria de horário. Eu sempre tive uma resistência muito grande para o trabalho, inviavelmente me levanto às 6h30

ram para isso. Eu tenho irmão motorista de caminhão, um mecânico, um operário e um maquinista de navio. Portanto, quando eu ponho a educação como bandeira de minha campanha, não é simplesmente retórica: realmente acredito na educação como elemento redentor.

Sua carreira foi toda na área do ensino?

— Foi. Eu me casei aos 24 anos de idade, na época em que estava prestando concurso para auxiliar de ensino da Universidade do Pará. Quando estava grávida de oito meses, a universidade chamou cinco assistentes de ensino e disse que deveríamos fazer um ano de pós-graduação na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Quem não fosse não teria acesso aos quadros da universidade. Fui para casa, conversei com o marido e embarquei para o Rio com a minha barriga de oito meses. Voltei para Belém e continuei minha carreira de professora universitária.

Como foi sua trajetória aqui na cidade?

— Em 65, eu conheci o ex-ministro Jarbas Passarinho em um debate no Pará. Quando foi indicado ministro da Educação, ele me convidou para participar do grupo que iria trabalhar na reforma do ensino e também dirigir o departamento de ensino secundário. Mais uma vez, conversei com o marido e decidimos que a proposta era interessante e viramos para Brasília. Só que eu vim com o compromisso de voltar para Belém tão logo terminasse meu trabalho. Como meu marido é profissional liberal — é dentista — e logo se encantou com a cidade, assim como as crianças e eu mesma, terminamos ficando aqui. Providenciei minha transferência para a Universidade de Brasília e voltei para a sala de aula, que é o que eu gosto de fazer.

Foi aí que veio o convite para a Secretaria de Educação...

— Foi, só que há um engano neste convite. Como vim para Brasília através do ministro Passarinho, todo mundo pensa que fui indicada por ele ao ex-governador Lamaison. Mas não foi nada disso. Uma noite, já deitada, tocou o telefone e era o reitor da Universidade me dizendo que acabara de receber, do ministro Eduardo Portela, o pedido de currículos de professores da UnB para indicar um para a Secretaria de Educação do GDF. Ele me pedia autorização para incluir o meu. Vinte e quatro horas depois, o governador Lamaison me convidou para ser secretária.

E exatamente por essa vinculação com os governos autoritários que você mais tem sido acusada.

— Não dou importância a essas acusações. Eu atuei em funções técnicas, antes, durante e depois do regime de 64. No exercício dessas funções, jamais me envolvi em qualquer projeto educativo que não fosse para o bem do meu povo e do qual tivesse hoje que me envergonhar. Pelo contrário: me orgulho muito de ter sido sempre escolhida por critérios técnicos, o que hoje é muito difícil de se ver...

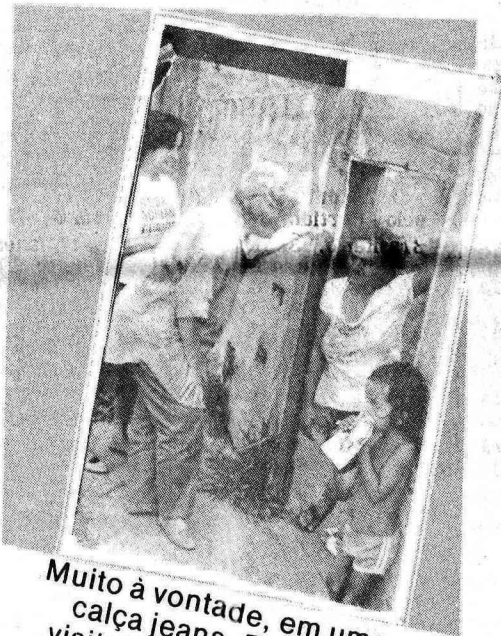
E uma crítica à Nova República?

— Não, é uma crítica aos políticos em geral. Se eu for eleita, como espero ser, certamente terei oportunidade de fazer indicações mas jamais esquecerei o critério principal, que é o da competência.

LUCIO BERNARDO



Donas-de-casa recebem bem Eurides Brito (E) no corpo-a-corpo do Gama, e pedem a extinção da Terracap



Muito à vontade, em uma calça jeans, Eurides visita famílias do Gama